



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



www.cddmoz.org

Quinta - feira, 17 de Abril de 2025 | Ano V, n.º 425 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

A FORÇA DA JUSTIÇA:

O Impacto da assistência jurídica do CDD em 2024

- Num país onde o acesso à justiça permanece um privilégio de poucos, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) reafirmou, em 2024, o seu compromisso com os mais vulneráveis, transformando realidades por meio de uma assistência jurídica gratuita, eficaz e humanizada. Neste período, a organização consolidou-se como um dos principais pilares da defesa dos direitos fundamentais em Moçambique, impactando directamente a vida de centenas de cidadãos e promovendo uma cultura de respeito pela dignidade humana.



O ano foi marcado por desafios severos: a sobrecarga crónica do sistema judicial, o agravamento dos casos de repressão e abusos por parte das autoridades, a inércia institucional diante da dor das vítimas e, em não poucos casos, a ausência total de mecanismos de responsabilização. Foi neste cenário adverso que o CDD interveio com rigor técnico e empatia. No total, foram acompanhados 586 casos de possíveis violações de Direitos Humanos, abrangendo casos de violência policial, despedimentos sem justa causa, usurpação de terra, detenções arbitrarias e sistemática denegação do direito fundamental de acesso à justiça.

Porém, mais do que números, cada caso representa uma história concreta de sofrimento e resistência: uma mulher despedida de forma ilegal que reconquistou o seu sustento; uma família que exige justiça por um ente querido morto durante manifestações pós-eleitorais; um jovem encarcerado por exercer o seu legítimo direito à liberdade de expressão. Sem a intervenção do CDD, muitas destas vozes teriam sido silenciadas e estas histórias reduzidas ao esquecimento.

Em 83 dos casos seguidos, foram obtidas decisões judiciais favoráveis, provando que a justiça é possível quando há firmeza, dedicação e acção coordenada. Destaca-se, neste contexto, o acompanhamento jurídico em processos relacionados com a repressão violenta das manifestações pós-eleitorais de 2023 e sobretudo 2024, que resultaram em detenções em massa e perdas humanas. Apenas num desses processos estão inseridos 364 casos, denunciando práticas sistemáticas de violação dos direitos humanos por parte de elementos afectos à polícia e aos serviços de investigação criminal. Outros processos visam directamente instituições estatais, responsabilizando-as por tragédias evitáveis, como naufrágios e outras negligências com consequências fatais.

Para além do trabalho em tribunais, procuradorias, esquadras e estabelecimentos penitenciários, o CDD investiu fortemente na educação jurídica. Através de debates públicos, webinários, boletins informativos e campanhas informativas, procurou resolver os litígios concretos, mas também mudar mentalidades e capacitar os cidadãos no conhecimento e exercício dos seus direitos. A denúncia pública de actos de abuso de poder foi outra frente de actuação fundamental, criando uma pressão social que forçou, em vários casos, a resposta das autoridades.

O impacto do trabalho do CDD em 2024 não se mede apenas em vitórias judiciais, mas na esperança restaurada, na confiança revitalizada nas instituições

de justiça e na demonstração de que é possível agir com integridade mesmo em contextos de grande adversidade. A celebração de parcerias estratégicas, como com a Ordem dos Advogados de Moçambique, permitiu ampliar o alcance da sua missão e reforçar o tecido da solidariedade jurídica no país.

Num tempo em que os Direitos Humanos são frequentemente tratados como favores e não como garantias, o CDD tem mostrado, com firmeza, que a justiça não deve ser um privilégio, é um direito. O seu trabalho durante o ano de 2024 é prova de que, com determinação, empatia e coragem, é possível restituir dignidade àqueles que foram privados dela. É com essa convicção que o CDD continuará a caminhar lado a lado com os esquecidos, os oprimidos e os silenciados, até que todas as vozes possam ser ouvidas.



Para além do trabalho em tribunais, procuradorias, esquadras e estabelecimentos penitenciários, o CDD investiu fortemente na educação jurídica. Através de debates públicos, webinários, boletins informativos e campanhas informativas, procurou resolver os litígios concretos, mas também mudar mentalidades e capacitar os cidadãos no conhecimento e exercício dos seus direitos.





MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungu
Assistentes do Programa: Artur Malate; Sheila Wilson; Marcia Massosste; Florentina Cassabue.
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:

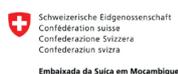
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz

E-mail: info@cddmoz.org

Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

